

Políticas Públicas e ativismo político nos anos 50: o caso de Lucas Lopes (1956-1964)

Fernanda da Costa Monteiro Araújo * *

Resumo:

A atuação dos agentes responsáveis pela formulação e aplicação das políticas públicas no interior do Estado brasileiro está intrinsecamente ligada às disputas de interesses estratégicos no âmbito político e econômico. Entendendo, portanto, o Estado a partir da matriz gramsciniana de "Estado ampliado", o trabalho em questão, através da análise da trajetória política de um desses agentes governamentais, o engenheiro e empresário Lucas Lopes, caracterizando-o como um "intelectual orgânico", pretende apresentar algumas questões referentes a conjuntura política e econômica que se instaurou na década de 50, mais especificamente no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Através da análise das políticas públicas de cunho autoritário desenvolvidas pelo grupo à frente do governo JK, ao qual Lucas Lopes estava integrado, o objetivo é conectar tais políticas com as ideologias que nortearam o processo de mudança de regime em 64.

Palavras-Chave: Burocracia técnica, desenvolvimentismo, golpe de 1964.

Abstract:

The performance of the responsible agents for the formularization and application of the public politics in the interior of the Brazilian State is intrinsically on to the disputes of strategical interests in the scope economic politician and. Understanding, therefore, the State from the gramsciniana matrix of "extended State", the work in question, through the analysis of the trajectory politics of one of these governmental agents, the engineer and entrepreneur Lucas Lopes, characterizing it as a "organic intellectual", intends to present some referring questions more specifically the conjuncture economic politics and that if restored in the decade of 50, in the desenvolvimentista government of Juscelino Kubitschek. Through the analysis of the public politics of authoritarian matrix developed by the group to the front of government JK, which Lucas Lopes was integrated, the objective is to connect such politics with the ideologies that nortearam the process of change of regimen in 64.

Word-Key: Bureaucracy technique, desenvolvimentismo, blow of 1964.

A análise da importância da esfera burocrática na dinâmica política do Brasil, retomando a discussão em torno da sua formação e atuação no país, é fundamental para a elucidação de questões referentes ao processo de expansão do Estado capitalista brasileiro. A relação entre burocracia e política está implícita nas principais decisões em esfera nacional, que muitas vezes partem dos gabinetes burocráticos do Estado e acabam por modelar toda a estrutura social e política do país.

Através de uma reflexão acerca do Estado enquanto elemento indispensável ao estudo das políticas em geral, e tendo como ponto de partida a análise da trajetória política de Lucas Lopes, o processo de formação e consolidação da burocracia brasileira pode ser inserido num

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ – PPGHIS/UFRJ. Bolsista CAPES.

debate que perpassa o conceito de “Estado ampliado” desenvolvido por Antonio Gramsci (GRAMSCI, 1984). Retomando algumas questões específicas referentes a aspectos institucionais e a formação da burocracia técnica¹, que modificaram alguns aspectos da estrutura nacional principalmente a partir da década de 30, período em que os principais órgãos burocráticos de controle do aparelho do Estado começaram a se formar, é importante conectar essa transformação com o jogo de interesses entre os diversos agentes sociais em disputa naquele momento, representados pelos órgãos e instituições burocráticas.

Nesse sentido, o Estado não deve ser entendido como uma “entidade em si mesmo”, mas sim como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo momento interesses e alianças estratégicas. Sonia Regina de Mendonça (MENDONÇA, 2001) observa que o êxito ou fracasso de posições defendidas no embate entre projetos formulados por frações da classe dominante depende da sua capacidade organizacional, e do maior ou menor poder de barganha em prol da inserção de seus interesses no interior das mais variadas agências do poder público estatizado, processo este altamente dinâmico e em permanente redefinição.

Na mesma perspectiva, Maria Leticia Correa (CORREA, 2007) destaca que é fundamental a reflexão sobre determinadas noções presentes na historiografia, a fim de debatê-las através de determinadas análises presentes na literatura especializada que defendem a construção de um Estado “naturalizado”, responsável enquanto entidade própria, pela formulação das principais políticas públicas de forma arbitrária.

Essas noções são identificadas em expressões que passaram a ser frequentemente utilizadas por autores que se dedicavam ao estudo do primeiro governo Vargas. A partir dos anos 30, com a incorporação dos técnicos nas esferas burocráticas decisórias no que tange a economia e a política nacional, expressões como “autonomia relativa do Estado” em relação as ações de planejamento econômico e “independência dos técnicos” frente a determinadas decisões, foram frequentemente utilizadas ao se referir a esse ambiente de mudanças no interior das funções administrativas do Estado, e nesse sentido se faz necessário questionar quão relativo é o relativo? Em que circunstâncias é mais ou menos relativo? Qual forma a autonomia assume? Essas são questões chaves que ajudam a perceber que há um jogo de interesses, pois ao contrário, a administração pública acaba por ser desvalorizada diante da

¹ É importante destacar que a denominação de “técnicos” utilizada por muitos autores se refere de modo geral aos engenheiros, economistas, juristas, entre outros, que exerciam funções burocráticas no interior das instâncias ou órgãos governamentais.

chamada “administração paralela” desempenhada pelos técnicos, como se ambas não estivessem inseridas no âmbito do Estado.

De acordo com Antonio Gramsci (GRAMSCI, 1984) o Estado é uma condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade, que incorpora em si mesmo os conflitos presentes na formação social. O conceito de Estado enquanto uma relação, elaborado por Gramsci, parte da visão de “Estado ampliado”, que incorpora três componentes abordados em constante interação, são eles: a infra-estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Nessa interação há uma dimensão política fundamental para a preservação e estruturação do Estado, que extrapola a dinâmica entre coerção e consenso, a sua base principal é o que Gramsci denomina de cultura, entendida não como atividade de entretenimento, erudição, ou coisa do gênero, mas sim como visão de mundo, valores, crenças, etc. de um determinado grupo social.

No entanto, nem todos os grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, e aí a questão da hegemonia em Gramsci é essencial. Por falta de organização nos chamados “aparelhos privados de hegemonia”² (GRAMSCI, 1987) dentro da sociedade civil, esses grupos acabam adotando como sua a visão de mundo de outros grupos, na maioria das vezes os dominantes. Assim, a cultura de um dado grupo torna-se hegemônica na medida em que de certa forma é imposta para os demais grupos. Os interesses específicos só possuem força política quando organizados em aparelhos privados de hegemonia que precisam inserir seus representantes junto à sociedade política. Nesse sentido, Gramsci destaca o papel do intelectual. Para o autor o “intelectual é o ‘persuasor permanente’, o organizador da vontade coletiva, aquele que tem na prática política o âmbito de sua ação” (MENDONÇA, 2001: 21)

O conceito de intelectual em Gramsci (GRAMSCI, 1987) ajuda a entender o processo de formação e a atuação de Lucas Lopes em toda a sua trajetória política. Para Gramsci todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham tal função na sociedade. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual. No entanto, a formação do intelectual no que se refere a sua função social enquanto categoria profissional, possuindo, portanto uma função essencial no mundo da produção econômica, se dá de forma orgânica, cada nova classe cria consigo “novos” intelectuais que na maioria das vezes são especializações de aspectos parciais da atividade já existente anteriormente. Cada período histórico contém em si as bases para o período posterior, o qual caracteriza-se também,

² O conceito de aparelhos privados de hegemonia para Gramsci está relacionado aos órgãos e instituições existentes na sociedade civil com fins de pressão e ação consciente e voluntária com a intenção de alcançar determinados objetivos específicos.

embora minimamente, pelo período precedente. É importante destacar que Gramsci elabora o conceito de intelectual orgânico a partir da sua análise, no seu tempo, da Itália.

Para Gramsci,

“Todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria função (...). O empresário capitalista cria consigo o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo sistema legal, etc”. (GRAMSCI, 2006: 15)

As mudanças geradas pelo processo de desenvolvimento capitalista dos países periféricos, incluindo-se o Brasil, caracterizadas, dentre outras medidas, pela forte presença do capital estrangeiro na vida social e política do país, foram produzindo intelectuais orgânicos comprometidos com essas mudanças. Dessa forma, os agentes gerados nesse processo são fundamentais para perpetuação de determinadas medidas que, por exemplo, modificaram o regime político em 1964.

Assim, deve-se perceber que as transformações ocorridas no interior da estrutura burocrática, essenciais para a expansão do Estado capitalista, ocorreram mediante a interrelação permanente entre agências e agentes da sociedade civil e da sociedade política, na medida em que novos projetos e sujeitos foram incorporados no âmbito decisório do Estado nacional. Nesse sentido, concomitantemente, novos interesses também foram sendo introduzidos, gerando debates importantes para o entendimento de períodos posteriores.

Determinados processos decisórios foram cruciais para os rumos do desenvolvimento capitalista no Brasil, em especial as opções de política econômica, que afetaram as condições de estabilidade e o destino do regime democrático. Para compreender o ambiente político e ideológico que gerou certas práticas de gestão econômica no Brasil, em especial durante a democracia populista (1946-1964), é necessário analisar previamente as funções e os lugares ocupados pelos técnicos – e nesse sentido pensando num discurso próprio – no sistema político brasileiro, na medida em que representavam uma parcela fundamental na dinâmica política nacional, adquirindo funções específicas através da ocupação de cargos importantes na esfera decisória, se legitimando não pela representação partidária e eleitoral, mas sim pela competência técnica (LOUREIRO, 1997).

O campo de atuação dos “técnicos” começou a se formar ao longo da era Vargas e no bojo do processo de construção do Estado Nacional desenvolvimentista (LOUREIRO, 1997: 03). Maria Rita Loureiro caracteriza este processo através da centralização do poder no

Executivo federal, pela expansão das funções econômicas do Estado e ainda pelo deslocamento do poder do Congresso e dos partidos políticos para as novas agências de planificação e regulação econômica. Portanto, Maria Leticia Correa citando Sônia Draibe:

“(...) no processo de expansão do Estado capitalista brasileiro, a criação dos diferentes órgãos guardava uma correspondência, enquanto materialidade institucional, com a manifestação dos conflitos, estratégias e alianças entre classes e frações de classes, levando em consideração que as lutas econômicas que caracterizam a formação do capitalismo atravessam também as estruturas do próprio Estado, constituindo formas cristalizadas de relações e conflitos sociais” (DRAIBE, 1985: 49 Apud CORREA, 2008: 22)

Nesse sentido, a introdução de órgãos como os conselhos técnicos do primeiro governo Vargas, o Departamento Executivo do Serviço Público (DASP), os grupos executivos do governo Juscelino, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), e o Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), são exemplos desse novo caráter que o Estado nacional adquiriu. Esses órgãos, segundo Maria Rita Loureiro, foram essenciais para a formação e inserção de novos atores na arena política.

A configuração do cenário político instaurado no governo Vargas, principalmente em relação ao sistema partidário, permite entender as formas pelas quais determinados atores políticos relevantes, buscaram legitimar-se. De acordo com Lourdes Sola, a falta de autonomia dos partidos e do Congresso no que tange às decisões de política econômica, assim como a influência da ideologia nacionalista durante o período, foram fatores cruciais para organização desses atores políticos no aparelho burocrático do Estado (SOLA, 1998).

Valendo-se dos estudos de Maria do Carmo Campello de Souza (SOUZA, 1976 *Apud* SOLA, 1998: 58-59) sobre a organização do sistema partidário, Lourdes Sola parte da hipótese de que os partidos brasileiros da época não conseguiram competir com os novos atores estratégicos naquele momento, no que se refere especialmente a formulações de políticas econômicas e as demandas sociais da população. Assim os técnicos foram adquirindo cada vez mais espaço e legitimidade no cenário político e econômico do país. Porém essa “competição” deve ser problematizada no sentido de que a política não é restrita ao quadro partidário, exerciam influência política de outras formas, através, por exemplo, dos “aparelhos privados de hegemonia”, como as formas de organização das frações do capital.

Outro fator relevante que Lourdes Sola aponta em relação à busca por legitimidade por parte dos “técnicos” na política nacional, é a questão do nacionalismo. Segundo Sola, o nacionalismo se configurou em uma linha divisória entre os dois grupos de “técnicos” durante os anos do pós-guerra. Ela denomina esses dois grupos de: “técnicos nacionalistas e técnicos

cosmopolitas”. Partindo da análise de Luciano Martins (MARTINS, 1986 *Apud* SOLA, 1998: 60-61) que considera o nacionalismo como um projeto de desenvolvimento nacional e um instrumento de mobilização popular, Sola identifica que os atores relevantes procuraram constituir uma identidade política apresentando-se como os formuladores de opções para o crescimento capitalista nacional e como membros de um sistema de alianças específico, que abrangia setores nacionais que ainda estavam sendo incorporados ao sistema político, como os empresários e um setor da classe política; setores internacionais e os setores populares urbanos.

A incorporação dos “técnicos” no sistema político se deu, dentre outras formas, através de alianças que estabeleceram com outros atores estratégicos, essas alianças estavam circunscritas por outros aspectos que envolvem seus interesses nas opções de desenvolvimento e seu modo de inserção no aparelho do Estado, que de certa forma indicaram as áreas certas para se estabelecer esses laços de aliança. Por esse motivo, o uso do termo “técnicos desenvolvimentistas”, para designar, principalmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) os atores políticos estratégicos no plano econômico, não dá conta das diversas correntes em disputa nesse período.

No Brasil, os “técnicos” economistas se tornaram, ao longo dos anos 1940-1970, importante parcela das classes dirigentes. Historicamente, eles ascenderam a postos tradicionais no Estado, tais como o de ministro da Fazenda, substituindo bacharéis, homens de negócios ou membros de partidos políticos e ocuparam os novos cargos surgidos com a expansão das funções estatais de regulação e intervenção econômica. No entanto é importante destacar, de acordo com os estudos de Maria Rita Loureiro, que os “técnicos” brasileiros não exerceram apenas a função burocrática, atuavam também como dirigentes políticos. Nesse sentido o auto denominação de “técnicos” deve ser repensada como uma estratégica retórica.

Dessa forma, a autora defende a idéia de que a incorporação desse “novo” agente social como parte integrante da classe dirigente nacional se identifica e se legitima pela sua competência técnica, estando em estreita conexão com o governo, o que fez acirrar a polarização entre os grupos divergentes em relação principalmente às decisões de política econômica. Loureiro conclui que o processo de tentativa, por parte dos “técnicos” e economistas, de construção de uma identidade enquanto dirigentes políticos têm sido marcada historicamente por profundas disputas e lutas entre grupos de diferentes abordagens teóricas e ideologias políticas. (LOUREIRO, 1997: 10). No entanto se pensarmos em termos de estratégia de desenvolvimento nacional esses grupos teoricamente divergentes convergem em direção a um mesmo ponto, o estímulo ao crescimento econômico.

Em 1956, com a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República, foi inaugurado um programa de governo que buscava a formação de uma “frente nacional”, que contasse com a participação de uma ampla defesa do crescimento econômico nacional, visando um desenvolvimento baseado na expansão da indústria. A administração de Juscelino implementou uma política de crescimento que resultou em uma mudança drástica no modelo de acumulação, reforçando um padrão de desenvolvimento-associado.

René Dreifuss, em seu estudo sobre a ação de classe que visava a conquista do Estado em 1964 (DREIFUSS, 1981) analisa o período Kubitschek como essencial para a introdução de uma tendência em relação as políticas públicas que privilegiava a participação do capital estrangeiro, que ele vai chamar de “capital multinacional e associado”, proporcionando a matriz econômica para o renovado desenvolvimento de uma “burguesia associada”. Segundo o autor as estratégias de desenvolvimento adotadas por Juscelino levaram a uma redefinição do papel e função da máquina estatal e de seu relacionamento com a sociedade civil. O capital nacional só conseguiria existir mediante uma forma associada com o capital transnacional, que tinha nas empresas multinacionais sua principal forma organizacional, o que provocou um aumento considerável de empresas estrangeiras no país e uma desnacionalização industrial.

O autor destaca que os interesses do bloco multinacional e associado não se valeram apenas do seu poder econômico, mas também da sua capacidade política, que foi corporificada nos “intelectuais orgânicos” que formaram uma estrutura de poder político dentro do processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil. Esse novo bloco de poder, formando um aparelho civil e militar de defesa dos interesses do capital multinacional e associado, significou, além da concentração da produção, a concentração de um poder político-corporativo. O controle sobre as diretrizes econômicas das empresas era assegurado pela utilização de diretores que acumulavam funções estatais influentes proporcionando apoio político. Tinham a possibilidade de exercer forte pressão política e econômica sobre os governos.

Outro aspecto importante, em relação a estrutura de poder do bloco “multinacional e associado” é a criação da chamada “administração paralela”. Os “intelectuais orgânicos” que não tinham liderança política, pois os interesses populistas prevaleciam, tentaram contornar os canais políticos e administrativos tradicionais, pretendendo um esvaziamento do corporativismo nas esferas do governo para o estabelecimento de novos focos de poder econômico no interior do Estado. Para contornar a oposição que determinados projetos do governo sofriam no Congresso, principalmente por parte da bancada nacionalista, criou-se, como destaca Dreifuss, essa “administração paralela”, com a colaboração de ampla gama de

organismos de planejamento e consultoria e grupos de trabalho. Assim, o autor observa que começou a se criar no interior do próprio Estado populista de JK uma rede administrativa que pudesse dar conta das principais políticas públicas desenvolvimentistas elaboradas pelos “tecno-empresários”³ do governo no sentido de promover um intenso processo de industrialização e desenvolvimento.

Porém essa oposição do Congresso não é facilmente construída, existem momentos com maior ou menor intensidade no governo que moldam o instante político, e por sua vez as políticas públicas elaboradas naquele ambiente. Dessa forma, a “administração paralela” na verdade está inserida dentro da administração nacional.

Nesse sentido, foi sendo constituída uma série de agências e órgãos públicos, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), “que se tornaram focos de poder dos interesses multinacionais”. Lucas Lopes estava à frente desses órgãos, com Roberto Campos, Glycon de Paiva, entre outros, que já vinham trabalhando juntos em órgãos governamentais desde o governo Vargas. Esse grupo foi o formulador da política desenvolvimentista de Juscelino, que incluía a política de salários, a política cambial e um programa de estabilização, mas tinha no Plano de Metas a sua maior expressão.

A presença de Lucas Lopes nessa rede burocrática recomenda que se trace um breve panorama da sua trajetória pública. Mineiro, formado em engenharia pela Universidade de Minas Gerais em 1932, Lucas Lopes sempre foi um ator político de grande influência, chegando a ocupar alguns cargos importantes no governo de Minas Gerais, como a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, a seção mineira de Coordenação de Mobilização Econômica, que tinha como principal objetivo ajustar o funcionamento da economia brasileira à nova configuração mundial marcada pela Segunda Guerra Mundial (MAYER, 2001: 3278-3281) e a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1948 tornou-se professor catedrático de geografia econômica da Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, e passou a integrar a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF).⁴

³ A expressão “tecno-empresário” utilizada por Dreifuss deve ser utilizada com certo cuidado na medida em que corrobora o discurso dos atores políticos envolvidos. O grupo de Lucas Lopes se auto denominavam de técnicos, mas na verdade estavam o tempo todo formulando políticas públicas no interior do Estado. Nesse sentido há que distinguir o discurso da prática. É um discurso elitista, que desvaloriza a política, mas na verdade esse grupo está o tempo todo fazendo política, são formuladores e estão numa dimensão partidária. Eles querem autonomia na decisão, querem agilidade e para tanto se valem dessa estratégia discursiva.

⁴ Órgão recém-criado para formular e executar um projeto de desenvolvimento para a região do Rio São Francisco. O programa básico de trabalho era a distribuição das águas, a utilização do potencial hidrelétrico e a modernização dos transportes.

Em 1951, durante a administração de Juscelino Kubitschek em Minas Gerais, Lucas Lopes foi escolhido para formular um plano de eletrificação para o estado. Diversas empresas privadas foram chamadas a participar de companhias mistas e sociedades anônimas, organizadas para iniciarem as obras necessárias a fim de promover o desenvolvimento energético estadual. Esses trabalhos levaram, em 1952, à criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), que Lucas Lopes presidiu até o fim da gestão de Juscelino no governo estadual, em 1954 (MAYER, 2001). Nesse mesmo ano, devido ao sucesso do Plano de Eletrificação, Lucas Lopes foi convidado por Getúlio Vargas a integrar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, “uma das várias comissões internacionais que reuniram, nos períodos da guerra e do pós-guerra, políticos e técnicos brasileiros e norte-americanos para discutirem problemas da economia nacional” (LOUREIRO, 1997: 25).

Essa Comissão mantinha relações estreitas com o Ministério da Fazenda, que na época era ocupado por Horácio Lafer, o que resultou na elaboração do Plano Nacional de Reparcelamento Econômico. Tal plano fez com que Vargas projetasse a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a fim de gerir a aplicação dos recursos para a implementação do plano traçado. A equipe do novo órgão aproveitou a seção brasileira da Comissão Mista, cabendo a Lucas Lopes um cargo no Conselho de Administração, como responsável pela estratégia de arrecadar fundos (MAYER, 2001: 3278).

Em agosto de 1954, durante o governo Café Filho (1954–1955), Lucas Lopes foi nomeado para ocupar o Ministério de Viação e Obras Públicas, se afastou por um tempo mas retornou no mesmo ano, permanecendo até a posse de Juscelino como presidente da República em 1956 (MAYER, 2001: 239).

Em 1956, com a posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República, a principal estratégia adotada pelo governo para estimular o crescimento da economia foi a elaboração do “Plano de Metas”, que tinha como principal objetivo a aceleração do processo de industrialização.

No entanto, como mencionado anteriormente, a aprovação dos projetos de Juscelino dependia do Congresso Nacional, onde estavam representados diversos segmentos sociais, entre eles, aqueles ligados a defesa do nacionalismo. A estratégia encontrada para esvaziar o Legislativo enquanto instância de aprovação de matérias econômicas foi a criação de órgãos da já mencionada “administração paralela” diretamente ligados a Presidência. Assim foram instituídos grupos de trabalhos e grupos executivos, que contavam “em seus quadros com tecnocratas e especialistas” e nos quais “agilizava-se a execução do Plano de Metas à margem

do jogo político do Legislativo, transferindo-se pouco a pouco para os gabinetes dos técnicos as decisões cruciais da política econômica” (MENDONÇA, 2002: 56).

Para coordenar o detalhamento e a execução do Plano de Metas, Juscelino instituiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento, subordinado diretamente à Presidência da República e do qual o presidente do BNDE era secretário nato. Lucas Lopes foi nomeado presidente do BNDE e, portanto, responsável por toda a gerência de estruturação e aplicação do Plano de Metas.

Um dos projetos mais polêmicos de que Lucas Lopes participou como presidente do BNDE e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento foi a elaboração do projeto de exportação de minério de ferro. Tal projeto proporcionou uma intensa especulação em torno do incentivo dado a empresas estrangeiras, em especial norte-americanas, como privilégio de produção e comércio de minério de ferro no Brasil. Um episódio em particular, que merece atenção, foi o envolvimento de Lucas Lopes com a empresa americana Hanna Mining Co. Na época Juscelino formou uma comissão, que Lucas Lopes integrou, para analisar a questão dos incentivos às exportações de minério de ferro. Essa comissão redigiu um documento, o Documento nº18 da comissão, concluído em agosto de 1957, foi logo transformado no Decreto nº 42.020 que, além de garantir vantagens à Hanna Mining Co., criava, no Conselho Nacional de Desenvolvimento, o Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF).

Em janeiro de 1958, Lucas Lopes assumiu o Ministério da Fazenda, Lucas Lopes, juntamente com Roberto Campos, apresentou ao Congresso um Plano de Estabilização Monetária. Quando o Plano de Estabilização Monetária chegou ao Congresso em 1958, já estava havendo uma séria divisão das bancadas partidárias em torno da Frente Parlamentar Nacionalista. Foi um ano em que ocorreu uma grande mobilização sob a bandeira do nacionalismo. Isso prejudicou o andamento do Plano de Estabilização no Congresso, que não chegou a se concretizar. Em contrapartida as exigências do FMI eram cada vez mais impossíveis de se cumprir, até que em junho de 1959 Kubitschek rompeu as negociações com o FMI. Tal rompimento acarretou o abandono do Plano de Estabilização e o afastamento de seus principais mentores. Logo depois Lucas Lopes sofreu um enfarte, e se afastou do Ministério.

Ao sair do governo Lucas Lopes passou a se dedicar mais a atividades empresariais. Na Hanna Mining Co., era diretor de uma das empresas do complexo que atuava no Brasil, e na Central Elétrica de Furnas, fazia parte do Conselho Administrativo. Em 1959, junto com antigos aliados do BNDE e do Ministério da Fazenda, como Roberto Campos e Glycon de Paiva, ajudou a fundar a empresa de consultoria técnica Consultec (Sociedade Civil de

Planejamento e Consultas Técnicas Ltda), da qual mais tarde se tornou acionista. Sua principal função era elaborar projetos técnicos para empresas que buscavam financiamentos. A Consultec foi um dos diversos escritórios privados de consultoria que, criados durante a década de cinquenta, “surgiram como consequência lógica da consciência empresarial da necessidade de planejamento, perícia técnica e administração eficiente (...). Os escritórios técnicos serviam também como firmas de consultoria para os interesses multinacionais e associados” (DREIFUSS, 1981: 83).

A Consultec foi responsável pela elaboração de projetos para diversas empresas, mas uma delas merece atenção especial. Um caso que na época foi bastante discutido envolvia mais uma vez a Hanna Mining Co., que realizou contatos com a Consultec a fim de que fosse elaborado um projeto de instalação da empresa no Brasil. No entanto, grande parte dos membros da Consultec, responsáveis pela elaboração do projeto, eram ligados à Hanna Mining Co., a exemplo de Lucas Lopes, e, assim, a empresa conseguiu concessões para se instalar no Brasil. O papel desempenhado pela Consultec como órgão crucial da instalação da Hanna Mining no Brasil pode ser entendido através dos relatórios produzidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara dos Deputados, com o fim de investigar as atividades do complexo composto de trinta companhias, da Hanna Mining Co. no Brasil. Esses relatórios se encontram no arquivo pessoal de Lucas Lopes, depositado no CPDOC.

Em 1962 o grupo da Consultec gerou mais uma organização técnico-empresarial com objetivos políticos, a APEC (Análise e Perspectiva Econômica). O órgão era composto por economistas, administradores do governo e empresários, com o objetivo de criar uma publicação de alta qualidade técnica, especializada, para “defender interesses públicos e privados”, pois acreditavam na “ameaça de ideologias e ideólogos que tentavam levar o Brasil por caminho de uma sociedade totalitária” (DREIFUSS, 1981: 89). Os principais diretores e participantes da APEC eram Roberto Campos, Glycon de Paiva e Lucas Lopes, que assumiu a presidência do órgão de 1964. Mais tarde, a APEC ampliou-se como editora e publicou a maioria dos livros de Roberto Campos. No mesmo ano começou a funcionar o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), criado em fins de 1961, no qual Lucas Lopes proferiria palestra em 1968 (LUCAS LOPES, 1991: 281). O IPES coordenava suas forças com o já instituído IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Todos esses órgãos, como é sabido, foram centros de extrema importância para as articulações políticas, ideológicas e financeiras do movimento que resultaria no golpe de 1964. Dessa forma, percebe-se que os membros eram praticamente os mesmos, que se uniriam numa combinação de forças a fim de derrubar o regime constitucional de João Goulart.

Bibliografia:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo”. Rio de Janeiro: Contraponto, 5º ed., 2000.

CORREA, Maria Letícia. “Estado e burocracias no Brasil: um estudo sobre poder e política na área de planejamento do governo JK ao regime militar (1956-1968)”. *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v.10, p. 207-242, 2007.

_____. “Notas sobre a formação do Estado capitalista no Brasil: nacionalização e especialização (1930-1964)”. *História Revista* (UFG), v. 13, p. 21-44, 2008.

_____. “Estado e desenvolvimento no Brasil: um estudo de caso sobre engenheiros e economistas (1956-1961)”. *Intellèctus* (UERJ), v. 6, p. 3, 2007.

_____. “Usos da biografia para a história das burocracias técnicas no Brasil”. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. Usos do Passado, Niterói, 2006.

DRAIBE, Sonia. “Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

DREIFUSS, René Armand. “1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antonio. “Maquiavel, a Política e o Estado Moderno”. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. “Os intelectuais e a Organização da Cultura”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. “Cadernos do Cárcere.” (v. 2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.. p. 15.

LOPES, Rodrigo. “Sonho e Razão: Lucas Lopes, o planejador de JK”. São Paulo: Arx, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. “Os Economistas no governo: gestão econômica e democracia”. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997

MARTINS, Luciano. *Pouvoir politique et développement économique*, Paris Anthropos. 1976

_____. “Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-1964”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. “Lucas Lopes”. In: ABREU, Alzira Alves de et alii (coords). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, v. III, p. 3278-3281.

MENDONÇA, Sonia Regina. “Economia e Política na historiografia brasileira”. *Antropolítica*, Niterói – EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001

_____. “Estado e Políticas Públicas: considerações político-conceituais”. *Outros Tempos* (UEMA, online), v. 1, p.1-12, 2008.

_____. “Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento”. Rio de Janeiro: Graal, 3^o ed., 2002.

Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991.

SOLA, Lourdes. “Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento estabilidade e populismo”. São Paulo: Edusp/ FAPESP, 1998.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “Estados e Partidos Políticos no Brasil”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.